



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO/ FADECAM**

**ERIMA SILVA MATIAS
THAMYRES SILVA DA SILVA**

**O ENSINO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NUMA
ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

ABAETETUBA- PARÁ

2022

ERIMA SILVA MATIAS
THAMYRES SILVA DA SILVA

O ENSINO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NUMA
ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo/ FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo - com ênfase em Ciências Sociais e Humanas, sob a orientação da Profa. Esp. Olidete de Araújo.

ABAETETUBA-PARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M433e Matias, Erima Silva.
O ensino de crianças com transtorno do espectro autista numa
escola do campo no Município de Abaetetuba/ PA / Erima Silva
Matias, Thamyres Silva da Silva . — 2022.
35 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Olidete de Araújo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Educação do Campo, Abaetetuba, 2022.

1. Práticas Pedagógicas. 2. TEA. 3. Escola do Campo. I.
Título.

CDD 371.9046

ERIMA SILVA MATIAS
THAMYRES SILVA DA SILVA

O ENSINO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NUMA
ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo/ FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo- com ênfase em Ciências Sociais e Humanas, sob a orientação da Profa. Esp. Olidete de Araújo.

Data de aprovação: 27/12/2022

Banca Examinadora

Profa. Esp. Olidete de Araújo
Orientadora - UFPA

Prof. Ma. Jessica da Luz Sena
Examinadora Externa - UFPA

O ENSINO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NUMA ESCOLA NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Erima Silva Matias¹
Thamyres Silva Da Silva²

RESUMO

Este trabalho trata das práticas pedagógicas docente com crianças com transtorno do espectro do autista em uma escola do campo no município de Abaetetuba/PA. Tem como problema de pesquisa compreender como uma escola do campo trabalha os conteúdos com as crianças do espectro autista. O objetivo do trabalho é analisar as práticas pedagógicas que as docentes titular e profissional de apoio escolar (PAE) se apropriam para trabalhar com alunos com transtorno do espectro autista. A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo utilizado como ferramenta para coleta de dados, entrevista semiestruturada, fotos, observações e anotações. Como suporte teórico utilizamos Paulo Liberalesso (2020), Lucelmo Lacerda (2020), Mayra Gaiato (2018), Gustavo Teixeira (2018) que tratam da perspectiva da inclusão do aluno com TEA. Os resultados indicam que a escola não possui uma estrutura física adequada, ausência de uma sala recreativa. Em contrapartida os professores produzem o material didático adaptado e efetuam suas práticas pedagógicas na leitura tanto em sala de aula quanto no ambiente externo. A gestão da escola promove momentos de palestras e filmes com os professores e alunos com foco na discussão sobre a inclusão.

PALAVRAS CHAVES: Práticas Pedagógicas; TEA; Escola do Campo.

ABSTRACT:

This work deals with the pedagogical practices of teachers with children with autism spectrum disorder (ASD) at the Cristo Salvador School located in the rural area of the municipality of Abaetetuba/PA. Its research problem is to understand how a rural school works with children on the autistic spectrum. The objective of this work is to describe the pedagogical practices that the main teachers and school support professionals (SAP) use to work with children with autism spectrum disorder. The research is of a qualitative nature, being used as a tool for data collection, semi-structured interviews, photos, observations and notes. As a theoretical support, we used Paulo Liberalesso (2020), Lucelmo Lacerda (2020), Mayra Gaiato (2018), Gustavo Teixeira (2018) who deal with the perspective of inclusion of students with ASD. The results indicate that the school does not have an adequate physical structure, lack of a recreational room. On the other hand, the teachers produce the adapted didactic material and carry out their pedagogical practices in reading both in the classroom and in the external environment. The school's management promotes moments of lectures and films with teachers and students focusing on the discussion on inclusion.

KEYWORDS: Pedagogical Practices; TEA; Field School.

¹ Graduanda do curso de Educação do Campo – Ciências humanas pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

² Graduanda do curso de Educação do Campo – Ciências humanas pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

INTRODUÇÃO

O trabalho refere-se a uma discussão sobre as questões que envolvem o ensino das crianças com transtorno do espectro autista (TEA) bem como as práticas pedagógicas e os procedimentos metodológicos usados pelas professoras que atuam em classes multisseriadas na escola do campo Cristo Salvador, localizada na Estrada Velha de Beja, KM 6.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma alteração ou condição comportamental no qual o indivíduo apresenta mudanças ou alterações no comportamento, dificuldades na sua interação social, dificuldades na fala, na comunicação (linguagem verbal ou não verbal), assim como na cognição e também apresenta comportamentos repetitivos ou estereotipados.

Neste contexto, atender alunos com TEA se torna ainda mais desafiador quando se trata de escolas do campo ou até mesmo das classes multisseriadas, que são compostas por uma ou mais séries presente na mesma sala de aula. De acordo com Hage (2006) esse ensino multiseriado segue a lógica do custo /benefício, em que o número reduzido de estudantes que vivem nas pequenas comunidades rurais, para o poder público (secretarias de educação) não justifica a criação de uma turma por série, por exemplo, se há um número de dois ou três estudantes em uma serie, esses são alocados para uma sala com estudantes de outras series.

A complexidade de ofertar um ensino que atenda as particularidades dos alunos do espectro autista, se torna cada dia um desafio. O nosso objetivo é descrever as práticas pedagógicas que as docentes e profissional de apoio (PAE) se apropriam para trabalhar com as crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em sala de aula e como a escola atende essa demanda, entendendo que esse ambiente deve proporcionar a inclusão e não a exclusão desses alunos.

Neste trabalho, a pesquisa é de natureza qualitativa que segundo Minayo (2007, p. 21) “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Sendo utilizado como ferramenta para coleta de dados, fotos, observações, anotações, entrevistas semiestruturadas com a gestora e professoras das turmas que atendem os alunos com TEA. Utilizamos como suporte teórico Paulo Liberalesso (2020), Lucelmo Lacerda (2020), Mayra Gaiato (2018), Gustavo Teixeira (2018) que tratam da temática deste estudo. Após o levantamento dos dados da pesquisa de campo, realizamos a análise de conteúdo de acordo como orienta Bardin (1977, p.37) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

A necessidade em analisar as práticas pedagógicas se deu na perspectiva de compreender como os professores titulares e profissionais de apoio escolar trabalham os conteúdos com alunos com TEA na perspectiva da inclusão. Com isso, pretende-se fortalecer os debates e reflexões acerca do ensino ofertado para alunos com TEA e contribuir para que a prática pedagógica no campo, seja de qualidade e atenda o aluno com autismo, sendo trabalhado e respeitado mediante suas especificidades.

O trabalho está dividido em cinco tópicos, sendo que no primeiro trata do Transtorno do espectro autista, trazendo um breve contexto histórico que discute como foram diagnosticados e classificados os primeiros casos do Transtorno do espectro autista durante a história, dando destaque a Lei Berenice Piana nº12.764 de 2012 que vem garantir direitos sociais a pessoa com TEA.

No segundo tópico se discute o papel da família e a importância da parceria com a escola no processo de ensino e desenvolvimento da criança do espectro autista. No terceiro tópico temos a conceituação da educação do campo e seus marcos legais. No quarto tópico trazemos a caracterização da escola lócus de pesquisa Cristo Salvador, destacando aspectos de sua estrutura e localização. No quinto tópico aborda-se os resultados da pesquisa, tendo em vista as discussões e observações feitas nas salas de aula, destacando as falas dos entrevistados e as considerações acerca dos resultados deste estudo, evidenciando como as professoras realizam sua prática pedagógica no atendimento do aluno com TEA.

1. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O termo “autismo” tem origem da palavra grega “autos” que significa “próprio” ou “de si mesmo”. Segundo Mayra Gaiato (2018) O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma alteração ou condição comportamental no qual o indivíduo apresenta mudanças ou alterações no comportamento, dificuldades na sua interação social, dificuldades na fala, na comunicação (linguagem verbal ou não verbal), assim como na cognição e também apresenta comportamentos repetitivos ou estereotipados.

A primeira vez que se ouviu falar sobre autismo foi em 1906, Prouller estudando sobre quadros de demência precoce ele acaba associando o comportamento de isolamento, dificuldade de comunicação, de interação no qual denominou autismo. Em 1911 Eugen Bleuler amplia esse conceito do autismo e fala de quatro possibilidades que chama de perda

de contato associado com a realidade, isolamento, dificuldade na comunicação, ausência de afeto, ideias desconexas. Até 1940 as pessoas que apresentam esse quadro, eram tratados como débeis mentais profundos.

Em 1943 que Kanner psiquiatra infantil inicia a tentativa de definir ou limitar este quadro clínico, em sua obra “Distúrbios Autístico do contato afetivo” ele observou onze crianças e constatou que ambas tinham atraso no desenvolvimento e incapacidade em se relacionar com o outro, tardia aquisição na linguagem, estereotípias gestuais e preferiam o isolamento. Esses sintomas podem ser percebidos desde os anos iniciais e durante toda a vida. Diante dessas características Kanner denominou de alterações autísticas do contato afetivo.

O isolamento acompanha a criança desde seu nascimento, a criança tem recusa ou ignora tudo que vem de fora, a inaptidão dessas crianças em se comunicar com as pessoas essa dificuldade na comunicação, assim como no contato físico, no ouvir dos ruídos e movimentos.

Hans Asperger em 1944 faz um estudo similar ao de Kanner com uma diferença que era a preservação da capacidade cognitiva que daria uma possibilidade de melhor evolução ou prognóstico, se preocupava com o aspecto educacional, era visível as diferenças observadas por eles em relação a comunicação e linguagem. Em 1952 foi criado o Manual diagnóstico Estatístico dos Transtornos mentais o DCM 1 onde o autismo vem descrito como um sintoma da reação esquizofrênica. DCM 2 o modo psicanalítico de compreender a perturbação mental tornou-se evidente. DCM 3 os transtornos são identificados por critérios e a partir de observações e através do empirismo. Segundo Maria Oliveira (2016,p. 14) o DCM 4 diz que o TEA se caracteriza pelo desenvolvimento acentualmente atípico na interação social e comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses (apud CAMARGO E BOSA, 2009p. 67). Já o DCM5 foi lançado em 2013 dando ênfase em como realizar os diagnósticos e conceituando doenças que já eram existentes.

Para que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham seus direitos garantidos e igualdade têm sido criadas leis, como a Declaração de Salamanca de 1994 que assegura que a educação é direitos de todos, sem distinção. Passa a ser dever do estado a efetivação da lei, respeitando as diversidades e especificidades no âmbito educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 Art. 58 e 59 estabelece:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

De acordo com o Art. 59 da Lei os sistemas de ensino assegurarão:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Em 2007 a Organização das Nações Unidas (ONU) atribuiu o dia 02 de abril como o dia internacional de conscientização sobre o autismo com o objetivo de conscientizar a população e trazer um alerta para os governantes e derrubar o preconceito direcionado a esse público.

É criada em 27 de dezembro de 2012 a Lei que institui nacionalmente o direito da pessoa com autismo Lei nº 12.764 a Lei Berenice Piana que destaca:

I—deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II—padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (§ 1º, Lei nº 12.764/12)

Sendo assim, a pessoa com transtorno do espectro do autismo TEA manifesta essas peculiaridades do seu comportamento, sendo na comunicação, interação social e motora, bem como descrito na Lei Berenice Piana. Peculiaridades essas que devem ser respeitadas e garantidas perante a Lei.

Vejamos mais sobre o que trata a Lei Berenice Piana:

A lei nº12.764, aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela então Presidenta Dilma Rousseff e publicada no dia 28/12/2012 – Lei Berenice Piana qual é um avanço nesta trajetória de muita luta por direitos das pessoas com TEA.

Implica em: Art.3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I- a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II- a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas a atenção integral as suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) O diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) O atendimento multiprofissional;
- c) A nutrição e a terapia nutricional;
- d) Os medicamentos;
- e) Informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV- O acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em caso de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns do ensino regular, nos termos do inciso IV do art.2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012.).

A Lei Berenice Piana sem dúvidas é uma grande conquista para as pessoas com transtorno do espectro autista, pois diante da legislação é garantido seus direitos sociais. Tendo em vista que a criança ou pessoa com transtorno do espectro do autismo é uma pessoa com necessidades comuns (de ir e vir a lugares, acesso a saúde etc.)

Em 2015 é criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI, Lei 13.146 que vem para assegurar os direitos em todos os aspectos sociais, não só direito a educação, mais também direitos ao mercado de trabalho, saúde moradia, dentre outros, e consolidar as demais leis já existentes. De acordo coma Lei:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, sendo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL,2015, Art. 27).

Diante disso, é possível percebermos que a LBI garante a educação como um direito de todos, no intuito de desenvolver de forma satisfatória o processo de aprendizagem do indivíduo, incluindo pessoas que possuem ou não deficiência e isso deve ser assegurado diante da Lei e da sociedade. Nota-se que há muito a se fazer para que esse direito a educação

seja colocado em prática nas instituições de ensino e para o atendimento ao público de pessoas com deficiência.

1.2 OS SINAIS DE ALERTA DO TEA

São muito os sinais que a criança com o transtorno do espectro autista apresenta, a família e a escola devem estar atentos, pois é indispensável o diagnóstico precoce para se iniciar o tratamento, aumentando as chances da criança se desenvolver socialmente, bem como sua expressão verbal e não verbal.

Segundo Leboyer (1995) é importante ter uma visão dinâmica da evolução autística para isso ele se utiliza da lista que descreve o tempo e os sintomas do TEA de Ornitz, (1983):

Evolução da sintomatologia autística durante o desenvolvimento da criança:

QUADRO 1: Características clínicas evolutivas detectadas por período do desenvolvimento da criança com autismo infantil

1. O recém-nascido	<ul style="list-style-type: none"> -parece diferente dos outros bebês; - parece não precisar de sua mãe; - raramente chora (“um bebê muito comportado”); - torna se rígido quando é pego no colo; - às vezes muito reativo aos elementos e irritável.
2. Os seis primeiros meses	<ul style="list-style-type: none"> - não pede nada, não nota sua mãe; - sorriso, resmungos, resposta antecipada são ausentes ou retardados; - falta de interesse por jogos, muito reativo aos sons.
3. De seis a doze meses	<ul style="list-style-type: none"> - não afetuoso; - não interessado por jogos sociais; - quando é pego o no colo, é indiferente ou rígido; - ausência de comunicação verbal ou não verbal - hipo ou hiper reativo aos estímulos; - aversão pela alimentação sólida; - etapas do desenvolvimento motor c ou retardadas.
4. O segundo e terceiro ano	<ul style="list-style-type: none"> - indiferente aos contatos sociais; - comunica mexendo a mão do adulto; - o único interesse pelos brinquedos: consiste em alinha lós; - intolerância à novidades nos jogos; - procura estimulações sensoriais como ranger os dentes, esfregar e arranhar superfícies, fitar fixamente detalhes visuais, olhar mãos em movimento ou objetos com movimentos circulares; - particularidade motora: bater palmas, andar nas pontas dos pés,

	balançar a cabeça, girar em torno de si mesmo.
5. O quarto e quinto ano	<ul style="list-style-type: none"> - ausência de contato visual; - jogos: ausência de fantasia, de imaginação, de jogos de representação; - linguagem limitada ou ausente — ecolalia — inversão pronominal; - anomalias do ritmo do discurso, do tom e das inflexões; - resistência às mudanças no ambiente e nas rotinas.

Fonte: Ornitz (1983), Leboyer (1995)

A autora Leboyer (1995) traz essa lista com a finalidade de mostra como o comportamento da criança com autismo se manifesta nas fases do seu crescimento, deixando em evidência o alerta para o fato de que os primeiros sintomas se manifestam nos dias ou meses iniciais de vida. Em função disso, primeiramente os pais devem levar a criança para ser avaliada e se for o caso diagnosticada para realizar o acompanhamento necessário para seu desenvolvimento.

Diante do transtorno do espectro do autismo é frequente pensarmos que há uma classificação de comprometimento do distúrbio, bem como autores como Liberalesso(2020) e Cunha (2017) que pressupõe a existência desses níveis, porém não sendo uma regra geral.

Paulo Liberalesso (2020) afirma:

Estão classificados no nível 1(leve) pessoas que necessita de apoio ocasional e que os défices na comunicação social provocam pouca repercussão em suas relações interpessoais. As tentativas de fazer novas amizades costumam ser mal sucedidas...dificuldades provocadas pelas inflexibilidade cognitiva podem ser evidente nessas pessoas.

Nível 2 (moderado) pessoas com necessidade de apoio substancial, apresentam déficit severos nas suas habilidades de comunicação social (verbal e não verbal). Mesmo com o uso de apoio ou suporte, tais deficiências são claras e significativas, comprometendo substancialmente as relações interpessoais.

Nível 3(severo) pessoas com necessidades de apoio muito substancial, com comprometimento muito grave na comunicação social verbal e não verbal e cujo comprometimento traz intenso prejuízo ou, até mesmo, impossibilitada a ocorrência e a manutenção de interações sociais interpessoais. A busca ou iniciação de um contato social é rara, extremamente limitada ou nem ocorre, bem como as respostas às iniciativas de comunicações de terceiros são severamente limitadas ou inexistente. (LIBERALESSO, 2020, p.24)

Entretanto, somente os profissionais da área específica da saúde pode diagnosticar tanto o espectro do autismo como o seu nível, para assim ser tratado o mais precoce possível e de forma adequada para cada particularidade.

2. UMA EDUCAÇÃO AFETIVA E INCLUSIVA

É de suma importância a parceria da família com a escola no processo de ensino e desenvolvimento da criança com TEA. Antes de adentrar nessa discussão vamos a priori levantar uma questão muito significativa que é o comportamento da criança, ou seja, como lidar com o comportamento tanto na casa como na escola.

Segundo Mayra Gaiato (2018) A criança com transtorno do espectro do autismo TEA é marcada por possuir comportamentos disruptivos, se manifesta quando ela não sabe externar o que deseja, então ela faz ou diz através de gritos e choros que podem durar horas. Haja vista que a criança com TEA apresenta seu desenvolvimento tardio, ou seja não ocorre na mesma sintonia que uma criança sem TEA.

É característico o atraso na comunicação social, isso faz com que essa criança passe a se comunicar na maioria das vezes através de gritos ou choros, sendo que ela possui severas dificuldades para externar o que deseja através de gestos que é a linguagem corporal e fala linguagem verbal, causando a frustração. Esse comportamento ou chamadas “Birras” como afirma Gaiato (2018) é entendido como um conjunto de comportamentos inadequados que tem a finalidade de conseguir algo em troca, porém isso não elimina necessidades fisiológicas. Diante desse fato nos questionamos, como lidar com esses comportamentos no ambiente escolar?

É necessário que a família tenha cautela ao lidar com o comportamento de birra para não reforçar a frequência da ocorrência (agradável) que acontece após um comportamento inadequado, ou seja, quando a criança faz uma birra, e logo é atendida tendo atenção desejada, logo ela entenderá que a birra é algo bom, pois obtém aquilo que quer.

Ainda segundo a autora, esses comportamentos devem ser eliminados. Nos dá o exemplo da agressividade, a criança deve entender que não pode agredir a si e nem as pessoas, principalmente na escola e em outros ambientes. Ela precisa aprender gradualmente o que deve e não deve fazer, para viver em harmonia no meio social, e expressar suas vontades e desejos de maneira que as pessoas consigam compreender e ajudá-la.

Para Gaiato (2018) a principal indagação dos pais e da escola é: Como lidar com esse comportamento disruptivo? A priori a família com orientação de profissionais que acompanham a criança, deve ignorar os comportamentos e dar atenção a todos da casa de maneira igual e retribuir de forma positiva a criança quando ela fizer algo correto.

A criança com TEA assim que diagnosticada precisa fazer terapia, mas tão importante quanto fazer o tratamento da terapia é realizar as atividades diárias na casa. Assim sendo, Gaiato (2018) afirma que a generalização é o processo mais importante de todo o tratamento, pois a criança utilizará em ambientes e com pessoas diferentes, todo conteúdo aprendido nas terapias.

Contudo é de extrema relevância que a família incentive a autonomia da criança com as atividades diárias. Tarefas como essa parecem ser tão simples, porém tem a finalidade de estimular o desenvolvimento motor, a atenção e outras áreas cognitivas que são afetadas por esse transtorno do desenvolvimento.

Outrora as relações da família dentro de casa devem ser saudáveis, lugar e tranquilidade, em que pai e mãe estão em consenso diante dos variados e repentinos comportamentos difíceis, tendo em vista isso é fundamental que a família se reúna durante as refeições no intuito de fortalecer os vínculos afetivos e demonstrar a criança que ela é parte integrante da dinâmica da família.

Sabendo que a criança irá passar maior parte do tempo em casa e no convívio com a família que ela será estimulada no seu processo de socialização. E para que isso se torne efetivo e tenha sucesso na escola a família terá que trabalhar em conjunto com a escola, através do diálogo, afim de deixar ciente a escola sobre o comportamento do seu filho, dando orientações a professores sobre estratégias a usar com a criança.

Gaiato (2018) nos atenta para o fato que a criança com TEA apresenta comportamentos particulares na escola, como por exemplo ela evita contato visual com a professora, parece ignorar os comandos individuais e coletivos, não aponta para mostrar o que quer e tenta pegar sozinha, não dá “tchau”, sai da roda. Parece não compreender o contexto como os outros alunos, faz movimentos repetitivos com as mãos ou com os objetos.

A autora destaca que:

O professor tem um papel muito importante em comunicar quando observa essas características em seus alunos. Ele passa muitas horas com a criança, todos os dias. Os pais se baseiam no relato da escola para buscarem ou não tratamento para o filho. Muitas vezes, acham que a criança está muito bem na escola, que brinca e interage com os amigos. Quanto mais cedo for a intervenção, mais efetiva ela será. (GAIATO, 2018. p.102)

Logo para trabalhar com a criança com TEA, ajudando-a a entender o contexto social, objetivando facilitar o convívio com a demais crianças, por exemplo saber brincar juntas, dividi, compartilhar e saber quando a brincadeira acabou, criando laços afetivos e de amizade

com os colegas e com os professores. Se configurando o processo de socialização e também inclusão.

Um método eficaz é o professor fazer uso das figuras para mostrar para a criança uma sequência, orientando-a para onde ela precisa ir/ou fazer no determinado momento que esteja em conflito. Eugênio Cunha (2017) discute a afetividade no ambiente escolar e na relação professor e aprendente, sendo necessária no processo de aprendizagem, propiciando os estímulo sem sala de aula. Assim pressupõe:

O desenvolvimento cognitivo não é estanque, mas estará sujeito aos estímulos dos processos de aprendizagem, principalmente pela mediação afetiva. É relevante a instrução pedagógica em um ambiente propício, saudável e de interação com o aluno, pois aprendemos melhor quando amamos. (CUNHA, 2017, p. 36)

Para Cunha (2017) o afeto desempenha um papel singular no processo de ensinar e aprender, uma vez que o professor diante de aluno com TEA precisa a priori entender suas especificidades para então elaborar as práticas pedagógicas a serem aplicadas em sala de aula. Neste contexto, atender alunos com TEA se torna ainda mais desafiador quando se trata de escolas do campo ou até mesmo de classes multisseriadas.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Resolução Nº 2, de 28 de Abril de 2008: Estabelece a definição para a Educação do Campo:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destinasse ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinho, assentados e acampados da Reforma Araria, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL,2008)

Sendo assim, a Educação do Campo empreende o direito a educação dos povos do campo em geral e uma educação a luz das particularidades da vida rural dos sujeitos do campo.

Segundo Monica Molina (2006) a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária, ou seja, uma educação voltada para os povos do campo, subalternizados por muito tempo, não sendo visto como direito a esses.

Nesse sentido nasce a necessidade da luta dos povos do campo, incansavelmente com intuito de reivindicar o direito a educação formal, voltada para as suas especificidades e garantir esse direito básico a população. Trata-se de uma questão relevante que segundo a literatura consultada:

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p.18)

Sendo assim, a garantia do direito a educação que veja o sujeito do campo como um detentor e produtor de cultura, haja vista que em sua abordagem pedagógica leve em consideração as suas vivências e modos peculiares de vida.

Nos desprender de pré- noções equivocadas, como “lugar de atraso” e “sem cultura” em relação ao campo, nos permite a compressão de que ele vai para além de um espaço de trabalho e produção para fins comerciais. Nesse sentido Molina (2006) ressalta:

O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. (MOLINA, 2006, p. 28)

Nessa perspectiva de olhar o campo como lugar ou território não só de produção de mercadorias para fins lucrativos, mas de produção do conhecimento tradicional e cultural e através deste também de discutir e fazer ciência. A autora Molina (2006) é precisa ao pressupor que o campo é um espaço onde se realiza as dimensões da existência humana, logo entendemos que esse sujeito, depende do campo, ou seja, o campo é crucial para sua existência e manifestação da sua cultura, crença, costumes e tudo que o compõe.

Já Kolling, Cerioli e Caldart (2002) trazem a reflexão sobre as indispensáveis práticas pedagógicas inclusa dentro da educação do campo, oriundas das práticas realizadas no mesmo:

O nome ou a expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia; reflexão que

desenha traços do que pode se constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 22)

Notamos então que a educação deve ser trabalhada objetivando a o fomento da autonomia dos sujeitos do campo, as próprias práticas pedagógicas seriam realizadas ou construídas a luz das atividades desenvolvidas no campo.

Ainda os autores Kolling, Cerioli e Caldart (2002) discutem o contexto da educação do campo salientando a atuação dos sujeitos organizados diante das inúmeras ameaças a sua forma de vida, ressaltam ainda que os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, um exemplo desta são os empreendimentos (fábricas e garimpos) ilegais nos territórios dos povos tradicionais, mas que diante dessa realidade não se conformam com ela. Bem como destacam:

São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas... (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p.20)

Entendemos esse sujeito como verdadeiro ator da resistência por seus direitos em todos seus aspectos, não somente da educação, mas em outros setores sociais. Enfim imersos na maior e constante luta que é a resistência para continuar a existir.

3.1 CLASSE MULTISSERIADA

O lócus da pesquisa foi a Escola Cristo Salvador localizada no Município de Abaetetuba/PA, envolveu as turmas multisseriadas 3º e 4º ano e 4º e 5º ano do turno matutino. Tendo em vista que a multisérie é a união de duas ou mais turmas em uma única sala. Para melhor compreensão desse conceito o autor Salomão Hage (2006) destaca:

Reafirmamos mais uma vez que a multisérie já é a materialização da escola seriada urbana no meio rural. Dado que a implantação das escolas (no campo e na cidade) segue a lógica do Custo/benefício, o número reduzido de estudantes que vivem nas pequenas comunidades rurais não justifica a criação de uma turma por série, resultando por esse motivo na criação das inúmeras escolas rurais multisseriadas existentes no país. (HAGE, 2006, p.11)

Em suma essa afirmativa de Salomão Hage (2006), traduz a realidade do país em função das escolas multisseriadas. Deixa claro que não é viável para o poder público ou secretarias de educação criar turmas para um número reduzido de crianças, o que nos leva a pensar que esse fato ocasiona o inchaço nas salas de aula contendo diferentes séries, o que se torna um desafio para o professor/a elaborar suas práticas pedagógicas e desempenhá-las em classe.

Nesta escola lócus da pesquisa, além das turmas serem multisseriadas há uma outra particularidade, nas turmas 4ª e 5ª ano, 3ª e 4ª ano e 2ª e 3ª ano em todas há uma criança com o transtorno do espectro autista - TEA, que precisam do apoio e atenção particular para realização das atividades, e principalmente o professor precisa utilizar-se de uma metodologia diferente das demais crianças, para trabalhar a inclusão e interação social nesse ambiente escolar.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CRISTO SALVADOR

Figura: Escola Cristo Salvador



Fonte: pesquisa de campo- 2022

A Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Cristo Salvador está localizada no Ramal Velho de Beja, KM 6 na PA 403, aproximadamente 26 KM de distância da Zona Urbana de Abaetetuba/PA. Sua estrutura física é composta por dez compartimentos, entre eles quatro salas de aula, uma secretaria, uma copa, um depósito e três banheiros.

A escola atende 80 alunos devidamente matriculados distribuídos no período da manhã nas turmas do maternal, período I e II, terceiro e quarto ano multisseriada, quarto e quinto multisseriada, já no período da tarde tem o terceiro ano do ensino fundamental.

Os funcionários são quinze, dentre eles, dez professores dos quais três são profissionais de apoio escolar. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Professores da Escola Cristo Salvador

Cargo	Nome	Formação
Professora e Gestora	Maria de Nazaré	Letras- língua portuguesa e pós-graduação em coordenação, orientação e gestão
Professora	Mônica Vasconcelos	Magistério e educação do campo (incompleto)
Professora	Edilma	Letras
Professora	Valcirene Santos	Educação do campo
Professor	Hermano	Educação física
Professora	Dilene Ribeiro	Magistério
Professora	Maria da Conceição	Magistério
Profissional de apoio escolar	Monique	Pedagogia com Especialização em Educação Especial e neuropsicopedagogia (em andamento),
Profissional de apoio escolar	Thamyres Silva	Magistério, curso: educação especial e educação do campo (em andamento),
Profissional de apoio escolar	Ziziane Santos	Educação especial e graduação em pedagogia (em andamento)

Fonte: Autoria própria

Os demais funcionários são: uma cozinheira, duas auxiliares de limpeza e dois vigilantes. A escola não apresenta acessibilidade em sua estrutura para os alunos com deficiência, tanto no acesso as salas de aulas, quanto para o uso dos banheiros.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada na escola Cristo Salvador entre 05 de outubro a 15 de novembro de 2022, com observação nas turmas multiseriadas (3º/4ºano) e (4º/5ºano) no turno matutino. Realizou-se a entrevista com a gestora que também é professora titular da turma multiseriada (4º/5º ano) e a professora titular da turma multiseriada (3º/4ºano) e as duas profissionais de apoio escolar das respectivas turmas. Observamos duas crianças com o

Transtorno do espectro do autismo (TEA) sendo uma do sexo masculino (idade 10 anos), e outra do sexo feminino (idade 10 anos) que além do autismo possui baixa visão.

Um ensino de qualidade e inclusivo necessita que a escola possua uma boa estrutura, essa que tenha espaços com acessibilidade de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão de Nº13.146 e uma sala de (AEE), segundo o decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado:

Art. 5º A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Nota-se que entre o ideal e o real há um distanciamento, ou seja, na realidade da escola Cristo Redentor a sua estrutura não tem suporte para atendimento dessa demanda, para efetuar o ensino. Uma outra questão é a ausência dos recursos como Tecnologias Assistivas (TA) que auxiliam no processo de ensino da criança e profissionais capacitados na área de educação especial, para realizarem o acompanhamento dessas crianças, trabalhando suas necessidades por meio de atividades que garantam a acessibilidade e consequentemente a inclusão.

A partir desta pesquisa percebemos a falta de estrutura da escola, sem acessibilidade em seu interior, ausência de sala AEE, o único apoio do poder público é através da SEMEC com os profissionais de apoio escolar (PAE) conforme a Lei do Município de Abaetetuba Nº529/2019 de 15 de março de 2019.

Art. 1º. O município em atendimento a legislação vigente e em consonância com as diretrizes do Governo Municipal, instituiu a criação de cargo de Profissional de Apoio Escolar de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no âmbito do Município de Abaetetuba.

Esses profissionais são responsáveis por fazer o acompanhamento das crianças na escola, participando da elaboração das atividades em conjunto com o professor titular e auxiliando o aluno durante as atividades em sala de aula, sendo que esse mesmo profissional é garantido pela Lei Berenice Piana nº12.764 de 2012.

Um outro fator é a não disponibilização de material didático para essa demanda, sendo os próprios professores que fazem a adaptação dos conteúdos para usarem como material didático. Essa situação está presente na fala da gestora:

Que tivesse material didático adequado para trabalhar com eles, por que aqui é cada professor que vai preparando algum material, agente baixa uma lista de como trabalhar com autista por exemplo, mas agente não tem aquele recurso pra fazer aqueles materiais. (NAZARÉ, 2022)³.

É possível perceber na fala da gestora que os professores muitas vezes tiram recurso do próprio bolso para produzir o material ou atividades para serem utilizadas na sala de aula. Atualmente os professores usam seus recursos financeiros próprios para fazer as atividades de acordo com as necessidades da criança com TEA. Assim como frisa a professora Edilma:

Hoje nós adaptamos, é por muito tempo as atividades não eram adaptadas, elas eram iguais o que era trabalhado na turma toda era trabalhado com o aluno, o aluno que conseguia acompanhar ele acompanhava, o aluno que não conseguia, o aluno com o autismo que não conseguia acompanhar ele só ficava na questão da oralidade mesmo, não tinha questão de adaptação. Eu acredito que uns cinco anos pra cá, seis anos mais ou menos a gente já consegue adaptar, depois de muita e inúmeras formações, conversas, palestras ...pesquisas e... a gente já consegue adaptar as atividades, não é uma atividade cem por cento adaptada, e dizer: não eu posso olhar pra essa atividade e... saber que essa atividade ela tá direcionada pra uma criança que possui autismo. (EDILMA, 2022)⁴.

Torna-se claro na fala da professora que ela faz adaptações das atividades para a criança com TEA, do mesmo modo que as aulas são diferenciadas. Contudo devido aos muitos diagnósticos de pessoas com autismo, sabemos que a educação não é uma tarefa fácil de lidar, pois requer esforço, dedicação a qual envolve toda a comunidade escolar.

Ao se tratar de um aluno autista é importante compreender suas especificidades e isso pode gerar dúvidas no processo de aprendizagem, para isso é importante que haja a inclusão e para que ela ocorra cabe ao professor utilizar estratégias afim de que o aluno absorva o conhecimento. Como afirma a gestora e professora da turma:

É trabalhado assim, agente lê o livro antes e depois ir folheando rápido, por que ele gosta que passe rápido as folhas do livro, agente vai tipo contando a história pra ele. Mas ele gosta da história, agente percebe que ele entende tudo, mas não sabe ler, escrever e também não fala.(NAZARÉ, 2022)⁵.

Mesmo que o aluno com TEA não acompanhe os demais colegas em suas atividades é crucial que o professor faça alguma atividade com acriança, com intuito de estimulá-lo para o

³ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 19 de out. de 2022, Abaetetuba-PA.

⁴ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 3 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

⁵ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 19 de out. de 2022, Abaetetuba-PA.

aprendizado. Nesse sentido a profissional de apoio escolar da criança também tem um papel importante no processo de ensino, sendo que ela acompanha o aluno na maior parte do tempo.

Como destaca a PAE:

Ele não tem interesse, interesse por nada que for de estudo, nada mesmo. Ele pega o livro né, ele quer virar as páginas assim, as vezes ele quer que eu vire as páginas, mas as vezes eu viro s vezes eu dou pra ele mesmo fazer. Se eu contar uma história ele não se concentra pra ouvir, não presta atenção se eu cantar uma música aí ele gosta e tem que ser a música que ele goste. Eu comecei a trabalhar com ele com cartelas visuais, alfabeto visual, colei no caderno dele, coloquei uma fita por cima pra durar, aí ó de todas as vezes que eu fui falando pra ele do A do B, uma parte que chamou atenção dele foi o elefante aí eu cantei uma musiquinha do elefante o ele e mostrei o E pra ele. De todo alfabeto foi isso que chamou atenção dele. (MONIQUE, 2022)⁶.

A PAE mesmo diante das particularidades da criança, ela cria estratégias para não somente o envolver nas atividades, mas para que consiga aprender algo. Sendo assim, é cobrado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) um relatório a cada bimestre, no intuito de descrever as habilidades que a criança desenvolveu durante o período estudado.

Como ressalta a PAE:

A cada bimestre a SEMEC nos envia as fichas de acompanhamento de aprendizagem e desenvolvimento pra descrever as habilidades que o aluno obteve, nela destacamos por exemplo o reconhecimento das letras do alfabeto, se a criança reconhece as cores, as formas, se identifica os numerais, se consegue resolver as operações, tudo isso temos que relatar nas fichas. (SILVA, 2022)⁷

Essas fichas que os PAE preenchem fazem parte do acompanhamento da SEMEC, ou seja, é uma maneira de retorna informações do desenvolvimento da criança com TEA no âmbito escolar, tal como seu aprendizado. A escola é para muitas crianças o primeiro ambiente social, nele ela vai aprender, desenvolver suas habilidades, conviver com os demais colegas, socializar, adquirir autonomia. Para qualquer criança a entrada no ambiente escolar já traz uma grande expectativa e se tratando de crianças com TEA esse envolvimento pode ser difícil dependendo do grau de autismo. Assim pontua a gestora:

Tem um aluno que na sala dele ele é normal, mas com relação as crianças de outras turmas ele bate, aí as crianças tem medo dele, tem algumas mães que não querem que o autista fique em contato com o filho dela, por que vai bater, aí nos orientamos que não, que temos que trabalhar a inclusão. O cuidador tem que ficar atento pra ele não bater, por que do nada ele bate, parece que ele tem prazer em ver o outro chorar,

⁶ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 07 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

⁷ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 09 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

ele sorri quando o outro chora. Agente tem trabalhado para que haja a inclusão e não a exclusão”.(NAZARÉ, 2022)⁸.

De fato, a convivência na escola com as outras crianças se torna desafiador, tanto para a criança com TEA quanto para corpo docente da escola. Devido seu comportamento peculiar no meio social. Na Escola Cristo Salvador segundo as informações da gestora há um momento de interação para o acolhimento dessa criança com autismo falando sobre as diversidades, respeito e da importância da cooperação dos demais colegas, em vista disso afirma a gestora: “ *Fazemos as palestras, colocamos filmes que mostra a inclusão e tentamos trabalhar com as crianças*”.

A gestora que trabalha há 18 anos na Escola, afirma receber alunos com TEA durante esse período e que o ensino tem sido desafiador pois, trabalhar com essas particularidades requer formação na área da Educação Especial e inclusiva. Entre os dez professores da Escola Cristo Salvador, apenas três possui formação na área, e um com formação emandamento no curso de especialização em Educação Especial.

Buscar qualificação é primordial para o ensino de crianças do transtorno do espectro autista. Sobre isso Martins expõe que:

Está previsto, assim, que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva. (MARTINS, 2012, p. 29–30).

Nesta perspectiva se torna cada vez mais necessário a formação de docentes na área de educação especial e inclusiva, haja vista não somente um mero certificado, mas são fundamentais no debate e na reflexão sobre o TEA dentre do ambiente escolar.

As crianças autista têm direito a um acompanhante para o auxiliar e incentivá-la na medida do possível a realizar suas atividades sozinha. O Profissional de apoio Escolar (PAE) não pode ser uma barreira, mas incentivador quer proporcione metodologias para que esse aluno desenvolva suas habilidades. Como previsto no Decreto 8.368/2014, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

⁸ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 19 de outubro de 2022, Abaetetuba-PA.

É necessário que tenha uma parceria entre o professor da turma e o Profissional de Apoio Escolar buscando adaptações nos planos de aulas para que atendam todos os alunos. Como frisa a PAE:

Nós conversamos sempre sobre as atividades a serem repassadas porque a aluna da turma além do autismo ela têm baixa visão então as atividades para ela teriam que ser ampliadas, algumas ampliamos, mas a maioria não, porque a escola não tem como ampliar então, escolhemos aquelas que possui letras, fontes maiores, figuras maiores. Porém agora com o uso dos livros, se tornou mais difícil porque as letras são pequenas os espaços para resolução das atividades também”. (SILVA, 2022)⁹

É relevante que haja a elaboração das atividades em conjunto, afim de que a atividade atenda as especificidades da criança. No ensino de crianças autistas os professores precisam estar cientes de que esses alunos possuem especificidades as quais precisam ser atendidas de maneira dinâmica para que esse aluno possa compreender e desenvolver-se. A professora da turma pontua:

A gente tenta montar algum material é fazer da melhor maneira possível, por que temos um aluno autista que nem na sala ele fica, ele gostamos de ficar andando, circulando e pra gente aproveitar o tempo com ele, trabalha na sala e fora da sala”. (NAZARÉ, 2022)¹⁰.

Vejamos, além do professor trabalhar um determinado assunto em sala com a turma, ele ainda se atenta as particularidades desse aluno autista, sabendo da sua característica imperativa, ele não hesita em continuar esta atividade com a criança no ambiente externo a sala, mesmo sabendo que isso implica um trabalho a mais.

Concomitante a isso, temos a fala da PAE da criança, que nos esclarece bem como é feita essa atividade, se tratando de uma aluna hiperativa, ou seja, que não para sentada na carteira por muito tempo, assim a PAE salienta:

Ele não consegue se concentrar pelo menos pra olhar o caderno, pelo menos pra pegar o lápis pra fazer atividades o que ele faz é pear o lápis e segura a minha mão pra que eu fique batendo ele gosta de ouvir o som. Do começo do ano pra cá ele já teve um avanço na questão de que ele já fica na sala, ele não entrava na sala agora ele já entra, eu sento, ele senta ele fica, ele sabe que naquele momento a ente vai tá na sala pra fazer alguma coisa, mas ele não tem interesse”. (MONIQUE, 2022)¹¹

⁹ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 07 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

¹⁰ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 19 de out. de 2022, Abaetetuba-PA.

¹¹ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 07 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

Segundo Gaiato (2018) a imperatividade é uma característica da pessoa com TEA, cujo os profissionais atuantes no ensino desta, precisam estar de acordo com as atividades a serem desenvolvidas em sala. É possível imaginar que uma criança imperativa tire também a atenção das demais em sala, daí a importância de ter uma prática pedagógica inclusiva.

A criança com TEA precisa estar inclusa dentro do ambiente escolar, no acolhimento, assim como nas práticas pedagógicas, daí a importância de o professor auxiliar o aluno no seu aprendizado, utilizando diferentes metodologias. Neste sentido, Cunha (2017) afirma que:

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. E como fazer a inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade [...] (CUNHA, 2017, p. 101).

A conscientização do professor em sala de aula é crucial para o processo de ensino e aprendizagem do educando, ele deve abordar métodos para que a inclusão se concretize na prática. O professor tem o papel de educar e para isso se faz necessário estudar e aprimorar seu conhecimento, para atingir seu objetivo, considerando que as crianças com TEA tem suas particularidades. Quando questionada sobre o avanço da criança com TEA, a professora e gestora destacou:

Não percebi grande avanço neles não é... como também em qualquer outra escola, alguns daqui foram pra cidade também as crianças não avançaram tanto assim, então não sei se é método de trabalhar com eles que precisa ser melhorado, por que as vezes vem professor pra trabalhar com essas crianças que não tem assim um preparo adequado". (NAZARÉ, 2022)¹².

É importante ter consciência de que um aluno com TEA na maioria das vezes não acompanhará o ritmo dos demais, por isso deve-se considerar os interesses dos alunos, seus gostos e aquilo que não demonstra interesse.

Em todo e qualquer ambiente é importante enxergá-lo como um todo desde seu acolhimento, pois isso fará uma grande diferença para a criança com TEA, pois sentirá vontade de estar nesse lugar, elas precisam ser envolvidas. Sobre a afetividade ou acolhimento entre os funcionários e aluno a PAE argumenta:

¹² Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 19 de outubro de 2022, Abaetetuba-PA.

Eu tive contato né, com um aluno autista severo e assim ainda não tem um suporte bem definido pra trabalhar com as crianças assim na escola, sendo uma escola do campo não tem AEE né, e também acredito que a falta do coordenador pedagógico é dificulta um pouco pra tá ali no apoio dos professores é... mas é a gente vê que a direção todos os professores são bem envolvidos no processo escolar dos alunos, o aluno ele é bem acolhido na escola ele tem um acolhimento muito bom, mas falta ainda a questão de materiais pra trabalhar né, materiais específicos pra trabalhar com aluno na sala de aula e... um certo conhecimento assim mas amplo a respeito do autismo né, de todos os profissionais da escola, tanto assim dos professores quanto de todos os profissionais. (MONIQUE, 2022)¹³.

O ensino de crianças autistas na escola Cristo Salvador tem vários déficits começando pela formação dos professores, e isso é uma das causas do insucesso do ensino delas, contudo os professores se esforçam para que a criança avance no ensino e aprendizagem.

Trabalhar com autistas tem sido desafiador para a escola, é perceptível uma disposição de parte dos professores, porém os recursos disponibilizados pela SEMEC não contemplam esse ensino. Sobre o desafio maior em trabalhar com esse público, a professora de uma das turmas pontuou:

“Durante é esse período de ensino com crianças autistas a gente tem alguns avanços e alguns, algumas necessidades por exemplo o nosso maior, a maior dificuldades pra trabalhar com eles tá relacionado a materiais didáticos que a nossa, o nosso município ele ainda é muito precário em relação a materiais didáticos com essas crianças por exemplo os livros eles não são adequados para trabalhar com as crianças, os materiais lúdicos eles também não são apropriados, pra ter um material apropriado precisamos elaborar material ou então comprar pra trabalhar com essa criança, isso dificulta bastante a aprendizagem da criança com autismo”. (EDILMA, 2022)¹⁴.

Em suma, a inclusão de crianças autistas não é uma tarefa fácil, pois é necessário buscar formações e novas possibilidades para o ensino, mesmo diante dessa dificuldade em obter acesso ao material didático adequado para trabalhar com as crianças com TEA os professores produzem o material adaptado a ser trabalhado em suas aulas, almejando uma educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo trazer uma reflexão acerca do processo de ensino da criança com transtorno do espectro do autismo TEA numa escola do campo em turmas multisseriadas e discutir as estratégias abordadas pelas professoras titulares e PAE

¹³ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 07 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

¹⁴ Entrevista concedida aos autores do referido Trabalho de Conclusão de Curso, em 03 de nov. de 2022, Abaetetuba-PA.

dentro do contexto escolar, tal como, enfatizando a necessidade de introduzir métodos de cunho inclusivos as práticas pedagógicas em sala de aula.

Tais práticas voltadas as particularidades e necessidades dessas crianças no processo de aprendizagem. No intuito de proporcionar uma educação propriamente inclusiva. Este estudo ainda tratou do papel da escola como um lugar que deve garantir e oferecer uma educação de qualidade e inclusiva para a criança com TEA, que fomente o estímulo necessário para seu desenvolvimento social e também para que a criança possa compreender melhor os conteúdos escolares.

Cabe ao corpo docente da escola desenvolver tais práticas pedagógicas inclusivas no ensino, mas cabe também aos pais ou responsáveis o dever de acompanhara evolução da criança com TEA no meio social e não a sua restrição diante das atividades, numa perspectiva de favorecer a autonomia desta, fortalecendo as capacidades positivas e eliminando os comportamentos inadequados.

Diante das análises das entrevistas realizadas com as professoras titulares das turmas, com as profissionais de apoio PAE e com a gestora da escola, tendo em vista as observações feitas nas salas, identificamos que essas profissionais apresentam insegurança em relação a educação e o ensino dessas crianças com TEA.

Há também a ausência de apoio por parte do poder público em relação a estrutura da escola e também a falta de materiais didáticos para o ensino das crianças. A falta de formação continuada ofertada pela SEMEC na área de educação especial e inclusiva para os professores fragiliza o ensino inclusivo na escola do campo.

Percebemos o descaso com a escola do campo quando andamos em seu interior, pois não tem acessibilidade e não tem sala de AEE para trabalhar melhor os estímulos que a criança com TEA precisa. Contudo os professores tentam resolver as diversas dificuldades no ensino, superando os desafios de uma escola do campo, para isso elaboram o seu próprio material didático, não “prendem” os alunos na sala de aula, realizam o acolhimento da melhor forma possível e estabelecem uma relação afetiva.

Mas é possível observar que as práticas pedagógicas usadas para efetuar um ensino inclusivo ainda são precárias, o professor além de elaborar seu planejamento de aula e as executar em sala, ainda possui outras funções na escola. Com isso, percebemos que é atribuída uma série de funções a ele, como por exemplo o caso da gestora da escola em questão, que é também professora de uma das turmas, além de ter seu compromisso com a gestão escolar,

recebe muitas cobranças devido ser uma liderança, ela ainda precisa elaborar seus planos de aula para a sua turma.

Concomitante a isso, temos a necessidade de tornar o ensino inclusivo a essas crianças, salientando o respeito, a diversidade no âmbito escolar, assim como descrito acima os comportamentos particularidades presentes na criança com TEA precisam ser entendidos e consequentemente tratados da melhor maneira.

Concluimos que há uma urgência tanto no apoio do poder público em relação a estrutura da escola, quanto a capacitação de profissionais na área de educação especial e inclusiva. Mas destacamos também a urgência da conscientização do TEA no processo educativo. De modo geral a sociedade precisa saber mais sobre o TEA, suas características, suas fragilidades, para então lidar com essa especificidade na escola e assim trabalhar a inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____, Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/-ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

_____. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. Lei 12.764. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/I12764.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei Federal nº 12.764/2012**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem: Relação de Amorosidade e saber na prática pedagógica** / Eugênio Cunha- 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.2017. 132p.: 21cm.

DUHART, Patrícia Carolina de Souza Pereira; colaboradoras Bruna Mara Vitório Paulino, Santos de Assis. – Alfenas, 2019.

FARIA, Mayara dos Santos, SANTOS, MikaelaStéfanyPerreira, CRUZ, Reysla Fonseca da. **O olhar que ensina: importância da afetividade na aprendizagem das crianças com transtorno do espectro autista na pré- escola**. Divinópolis, 2021.

GAIATO, Mayra, TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**– São Paulo: nVersos, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**/Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo** 2006. Disponível no site: <https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multiserie – pauta – Salomão–hage.pdf>. Acesso dia 05/11/2022 às 13:30 horas.

KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas** / Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioliosfs e Roseli Salete Caldart (organizadores). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4

LEBOYER, Marion, 1935– **Autismo infantil– Fatos e modelos** / Marion Leboyer; tradução de Rosana Guimarães Dalgalarrodo ; revisão técnica de LamberetTsu – 2ª ed. – Campinas, SP – Papyrus ; 1995. (Coleção Educação Especial).

Lei do Município de Abaetetuba n° 529/2019 de 15 de Março de 2019. Dispõe sobre a criação do cargo de profissional de apoio escolar para alunos com deficiência da rede pública municipal de ensino do município de Abaetetuba e dá outras providências.

LIBERALESSO, Paulo. **Autismo: compreensão e praticas baseadas em evidencias(livro eletrônico)**Paulo Liberalesso e Lucelmo Lacerda.– – Curitiba: Marcos Valentin de Souza, 2020.

LIMA, Merianne da Silva. **Inclusão e autismo: Contribuições da psicopedagogia.** Publicação Aheadof Print, ISSN 2595-4377. Porto Alegre. Jul-dez. 2021.v34.n2.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas a educação inclusiva.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25–38.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna.Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Luz dos Santos. **Formação Docente e Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista: Algumas Reflexões.** João Pessoa–PB, junho de 2016.

OLIVEIRA, Maria Rita Duarte de, CARDOSO, Roseli Moraes, SOUZA, Rosangela do S. Nogueira de. **Formação de professores: Experiências no cotidiano da escola pública.** 1ed- Rio de Janeiro: Autografia, 2017

ORNITZ EM. The functional neuroanatomy of infantile autism. *Inter J Neurosci.* 1983,19:85-125

RUSSO, Jane; Venâncio, Ana Teresa A. **Classificando as pessoas e suas perturbações a “revolução terminológica do DCM III.** *Revista de Psicopatologia Fundamental*, vol. IX, num.3, septiembere, 2006, pp. 460.483. Associação Universitária de pesquisa em psicopatologia fundamental São Paulo, Brasil.

SANTOS, Arlete Ramos dos, SOUZA, Gilvan dos Santos. **Um Estudo das Relações entre EJA e Educação do Campo.** *Trabalhos & Educação*, Belo Horizonte,v. 21, n.3, p.237– 256, set./ dez. 2012.

SILVA, Circe Mary da. **Metodologia da pesquisa em educação do campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade** / Circe Mary da Silva ...[et al.]; pesquisadores colaboradores, AntonioFaundez... [et al.]. - Vitoria, ES: UFES. Programa de pós graduação, 2009.

SILVA, Cleonice Aparecida da, SILVA, Rosimere Arruda, ASFORA, Rafaella. **Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com transtorno do espectro autista(TEA) na educação infantil.**UFPE,Pernambuco, 2015.

SILVA, Maria Cristina da, DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues, PEREIRA, Patrícia Carolina de Souza. **Práticas pedagógicas inclusivas: transtorno do espectro autista[recursos eletrônicos]**/. Organizado por Maria Cristina da Silva, Mônica Fernandes Rodrigues

SOARES, Daniela Praça. **A criança com autismo na Escola: Possíveis caminhos para a inclusão.** Rondonópolis– MT, 2019.

APÊNDICE A - Fotos da Escola Cristo Salvador



APÊNDICE B – modelo da Entrevista com a gestora

ENTREVISTA/ GESTORA

1. Nome, idade e formação.
2. Quanto tempo atua nessa instituição escolar?
3. Quanto tempo trabalha como gestora nessa instituição?. E como professora.?
4. Desde quando a escola passou a receber alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?.
5. Durante esse período qual a sua percepção em relação ao ensino dessas crianças. Houve resultado positivo?.
6. A escola possui estrutura física para acolher essas crianças?.
7. A escola recebe apoio do poder público para trabalhar as especificidades dessas crianças?.
8. Para além do Profissional de Apoio Escolar (PAE) que outras medidas o poder público deveria executar para melhorar o ensino?.
9. Quais as dificuldades a escola sendo do campo têm em relação ao ensino de crianças autistas?.
10. Você percebe se há diferença entre escola do campo e escola da cidade no contexto da educação especial?.
11. Para você o que é uma educação de qualidade para as crianças com (TEA)?.
12. Diante das dificuldades quais as estratégias são utilizadas para trabalhar educação especial?.
13. É realizada atividade extra classe para conscientizar os demais alunos, afim de que não ocorra a exclusão e sim, a inclusão de autistas?.

APÊNDICE C – modelo da Entrevista com Docentes

ENTREVISTA/ PROFESSORA

1. Nome, idade, formação.
2. Quanto tempo atua como docente?.
3. A Secretaria Municipal de Educação... (SEMEC) oferece formação para professores para aprimorar o ensino e aprendizagem das crianças autistas?.
4. Durante você ministrar aulas qual foi a sua percepção em relação ao ensino dessas crianças?. Houve resultado positivo?.
5. Quais dificuldades encontra diariamente ao dar aulas para crianças autistas. E quais estratégias usa para envolver o aluno?.
6. Você acha viável um espaço de atividades recreativas para o desenvolvimento da criança com autismo?.
7. Você percebe que há interação entre os alunos com autismo com os demais colegas de classe?.
8. Ocorre a adaptação dos conteúdos para as crianças com autismo?.
9. Como se dá a parceria entre professor da turma e Profissional de Apoio Escolar em relação aos planos de aulas?.

APÊNDICE D – modelo da Entrevista com Profissional de Apoio

ENTREVISTA/ PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - PAE

1. Nome, idade, formação.
2. Qual o grau de autismo a criança com a qual você trabalha tem? Como é trabalhar com essa criança?
3. Como se dá a parceria entre professor da turma e Profissional de Apoio Escolar em relação aos planos de aulas?.
4. Ocorre a adaptação dos conteúdos para as crianças com autismo?.
5. Quais estratégias usa para envolver o aluno?.
6. Você acha viável um espaço de atividades recreativas para o desenvolvimento da criança com autismo?.
7. Você percebe que há interação entre os alunos com autismo com os demais colegas de classe?.
8. A escola tem acessibilidade ou apresenta uma estrutura adequada para receber as crianças com autismo?.
9. Em relação a formação dos demais professores dessa instituição, na sua opinião eles estão totalmente aptos para o ensino de crianças com autismo?.
10. No que diz respeito ao acolhimento e afetividade das crianças autistas qual a sua percepção.